



OS PROCESSOS DE TRABALHO E O SOFRIMENTO EM TRABALHADORES QUE ATUAM NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Everton Cabral Maciel ¹

RESUMO: Este estudo analisa a relação entre o trabalho e sofrimento entre os trabalhadores que atuam nas políticas sociais. Utiliza-se a metodologia qualitativa e se analisa, a partir das categorias trabalho e sofrimento, as entrevistas com cinco servidores públicos do Estado do Ceará, que se encontravam afastados do trabalho por transtornos mentais. Discute-se os processos de trabalho como gerador de satisfação e desgaste; o sofrimento da vida mediada pelo trabalho; a medicalização do sofrimento contemporâneo e; o estranhamento do trabalho social real. Conclui-se sobre a necessidade de políticas de atenção ao trabalhador que considere a relação entre trabalho e sofrimento.

Palavras-chave: trabalho social, sofrimento, servidor público, transtorno mental.

ABSTRACT: This study analyzes the relationship between work and suffering among workers who work in social policies. Uses qualitative methodology and analyzes, from the categories work and suffering, the interviews with five public servants of the State of Ceará, which were off work for mental disorders. It is discussed the work processes as generating satisfaction and attrition; the suffering of life mediated by work; the medicalization of contemporary suffering and; estrangement from real social work. It was concluded about the need for policy attention to workers who consider the relationship between work and suffering.

Keywords: social work, suffering, public servant, mental disorder.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: evertoncmaciel@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a mundialização da economia apresenta características políticas e econômicas específicas, como a financeirização da economia, que redefine as expressões da questão social (NETTO, 2001). O fetichismo do mercado financeiro obscurece o modo de funcionamento e de dominação do capital e a desregulamentação iniciada na esfera financeira estende-se a outras esferas da vida em sociedade, implicando diretamente nas relações de trabalho e nas condições de vida do trabalhador (IAMAMOTO, 2007).

Encontramos, portanto, diversas formas de precarização do trabalho, dentre estas destacamos: a terceirização, as subcontratações, as contratações temporárias, com o objetivo de garantir a flexibilização do trabalho exigida no contexto do capitalismo atual, permitir a redução dos direitos adquiridos e a fragilização das organizações coletivas. De fato, o avanço tecnológico não resolve as necessidades sociais dos trabalhadores, ao contrário, aumenta o nível de exigência do trabalho e principalmente de qualificação do trabalhador. Nesta perspectiva, não podemos deixar de destacar a intensificação do trabalho e o aumento das exigências da produtividade com reflexos na remuneração e diminuição do número de trabalhadores (ANTUNES, 2009).

Neste contexto, trabalhar ou não trabalhar, onde e como desenvolver as atividades, salários e benefícios associados, significa o lugar no mundo, ou seja, as relações permitidas e o acesso a bens nesta civilização. Logo, as relações sociais produzidas e reproduzidas, a partir do trabalho, são capazes de criar novas necessidades e possibilidades que estão para além da materialidade do trabalho ou da consciência do sujeito (LUKÁCS, 2010).

No entanto, no sistema do capital e na lógica da mercantilização, as oportunidades de trabalho aparecem de acordo com as necessidades do mercado, e não das aptidões do sujeito trabalhador que, por sua vez, se submete a qualquer atividade para sobreviver. De acordo com Laurel e Noriega (1989, p. 104), “essa constante negação da capacidade criativa do trabalho, então, explicaria porque a atividade especificamente humana torna-se destrutiva e não potencializadoras das capacidades humanas dos trabalhadores”. Portanto, nesta sociabilidade, o que é garantido através dos pactos sociais, ou seja, nas Leis, não será acessível a todos os trabalhadores, uma vez que, existem outras mediações, dentre estas, o dinheiro.

Consideramos o trabalho, não apenas como o espaço onde o sofrimento ou o transtorno irá se desencadear, mas ao contrário, como um complexo que se relaciona



diretamente com outros complexos que envolvem a vida dos sujeitos, uma vez que, os processos de trabalho estão para além das atividades desenvolvidas. Logo, o trabalho é um mediador de relações, de organização da sociedade, e ainda, “é no metabolismo entre o homem e a natureza que surge o que temos chamado de condições ambientais das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida” (LAUREL; NORIEGA, 1989, p. 103).

Quando tratamos das relações de trabalho no serviço público, convivendo com a estabilidade conquistada por alguns, encontramos diversos modos de contratação, além das características distintas entre os servidores, uma vez que, neste espaço convivem profissionais com níveis educacionais diversos, salários variados, classes sociais distintas, bem como, distintos níveis de renda. Sobre o vínculo com o serviço público, destacamos que, “esse vínculo, entretanto não é suficiente para o estabelecimento de uma identidade ou de um sentimento de classe” (CARNEIRO, 2006, p. 28). Logo, as organizações dos trabalhadores, também apresentam processos de fragilização no serviço público e os sindicatos ou associações limitam suas lutas as melhorias salariais e deixam de lado outras questões importantes, a nosso ver, questões relacionadas à saúde do trabalhador e os processos de trabalho.

No estado do Ceará, encontramos um grande número de episódios de afastamentos por doenças devido a transtornos mentais, sendo esta a maior causa de afastamento entre os servidores da administração pública direta do estado, de acordo com pesquisa (MACIEL et al, 2010). Nesta mesma pesquisa identificamos que entre o grupo de servidores que apresentam maior percentual de afastamentos por transtornos mentais, estão os servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e os servidores da Secretaria da Educação (SEDUC).

É neste espaço contraditório do serviço público onde se desenvolvem as políticas sociais públicas de assistência social, educação, trabalho e renda, saúde, entre outras, formuladas e impressas com forte ranço de um Estado desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário (ARAÚJO, 2000). É ainda, na execução destas políticas que trabalham, constroem identidades, vivenciam várias experiências significativas sonham e sofrem os servidores públicos.

Trataremos aqui do sofrimento mental do trabalhador no sistema do capital, com foco nos trabalhadores das políticas sociais, ou seja, um trabalho improdutivo mediado por diversas relações no âmbito da organização do trabalho e da vida social (GRANEMANN, 1999). Nesta perspectiva, consideramos a historicidade deste processo, pois não tratamos



apenas de uma condição biológica de adoecimento, ou ainda de estados irreversíveis de insatisfação com o trabalho (LAUREL; NORIEGA, 1989), mas de expressões das trajetórias dos sujeitos, de seus modos de vida e de ver a vida. Tratamos ainda de processos de trabalho construídos socialmente, e de modos de sociabilidade no contexto do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002).

2 MÉTODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa e surge como proposta de aproximação com a realidade do servidor público das áreas das políticas sociais que apresentam sofrimento mental em determinado contexto. Envolve estudo bibliográfico (GIL, 1999), entrevistas como técnica de coleta das informações (HAGUETE, 1999) e ainda, observação participante e anotações no diário de campo (MINAYO, 2003).

As entrevistas foram realizadas no ano de 2011, com cinco servidores públicos efetivos, que atuavam em políticas sociais, em exercício na STDS, na SEDUC e na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Os escolhidos apresentavam histórico de licença para tratamento de saúde por transtornos mentais (depressão - F32 e F33), de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Agravos Relacionados a Saúde – 10ª revisão (CID-10). Entre outras características do grupo: não apresentavam sintomas psicóticos, não relataram histórico de sintomas depressivos anterior ao ingresso no serviço público e ainda, não apresentaram doença de base orgânica anterior ao quadro depressivo. Todos os entrevistados faziam uso de medicação (anti-depressivos), acompanhamento com psiquiatra e se afastaram do trabalho depois de já iniciado o tratamento.

Os entrevistados são duas assistentes sociais, uma com atuação na STDS e outra com atuação na SSPDS, uma educadora social, com atuação na STDS e dois professores com atuação na SEDUC. Todos tiveram seus nomes trocados por nomes fictícios, mantendo o sigilo da identidade. Destaca-se como critérios para escolha, o tempo de serviço superior a 10 anos de trabalho na função, atuação com projetos de caráter social, em contato direto com grupos sociais e quadro de sofrimento mental, independente do diagnóstico dado pelo psiquiatra. Portanto, não nos centramos no diagnóstico psiquiátrico e sim na experiência do sofrimento vivido.

Ao término das entrevistas realizamos a organização dos achados e a classificação das falas nas categorias trabalho e sofrimento. Em seguida, realizamos a análise segundo o



referencial teórico abordado, num diálogo constante entre o pensamento dos autores e a categorização das fala dos sujeitos da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo trabalho-sofrimento é categoria utilizada para descrever as contraditórios entre a satisfação do trabalho e o desgaste gerado nos sujeitos. Logo, ao utilizarmos este processo de construção, não consideramos apenas o sofrimento relacionado a um transtorno mental diagnosticado nos moldes da psiquiatria e muito menos, atribuímos aos processos de trabalho, a causa única desse sofrimento. Ao contrário, acreditamos que o processo trabalho-sofrimento é mediado por complexos sociais e, portanto, não conseguimos relacionar de forma imediata com a questão em análise, uma vez que, são apreensões do próprio movimento do real.

Ressaltamos ainda, que os discursos, orientados pelo roteiro de entrevista, remetem ao ser social e estão recheadas de sentidos, significados, trajetórias de vida, ideologias, crenças, necessidades e possibilidades que os próprios sujeitos, na sua “limitada” visão de realidade, não conseguem expressar sua complexidade em palavras.

Nestes termos, o trabalho, para os entrevistados, por si só, é permeado de sentidos e significados, responsável por parte das satisfações da vida, pelo menos, até momento em que a atividade não consegue mais dar repostas para si e para a sociedade, gerando em seguida, uma confusão de perspectivas entre o animal e o ser social (SORATTO; PINTO, 2006, LUKÁCS, 2010). Logo, o trabalho é percebido como construtor de identidades, mediador de relações, conformador de trajetórias, elemento essencial de planejamento e criatividade, direcionador de possibilidades, capaz de ir além da sobrevivência ou do salário como sustento (LUKÁCS, 2010).

As entrevistas mostram as trajetórias de vida dialogando com o trabalho e compartilhando o sofrimento. As dificuldades da vida em família, as condições sociais e as estratégias de sobrevivência se fundem à problemática da organização do trabalho. O trabalho, neste contexto, não deu conta de satisfazer as carências da vida e, ao mesmo tempo, as intercorrências da vida social e das outras necessidades humanas (que não são trabalho), interferem nos processos de trabalho. Portanto, o sofrimento, ao constituir as trajetórias de vida dos sujeitos, se relaciona com os processos de trabalho, ou seja, o ser social se manifesta em sua totalidade.



Estes trabalhadores foram medicalizados e tratados como doentes mentais, diagnosticados de acordo com a CID-10 e, ao mesmo tempo, afastados do trabalho. O afastamento do trabalho torna-se ainda, uma estratégia de sobrevivência do trabalhador que não encontra espaços, na totalidade da vida social, para grandes mudanças. Já não conseguem se perceber com outra vida, uma vez que, este é o trabalho que eles passaram suas vidas dedicadas, o trabalho possível, onde suas idades não permitem sonhar com outro.

Os servidores por um lado, naturalizam ou simplificam os aspectos sociais do trabalho (relações e a organização do trabalho) e os aspectos técnicos (objeto, instrumentos e o próprio trabalho) enquanto gerador do desgaste. Contudo, identificam alguns pontos desse processo que geram sofrimento (LAUREL; NORIEGA, 1989) e, destacam, portanto, essa “relação de amor e ódio”. Além do trabalho, observamos que a família, embora tendo papel importante como suporte afetivo e de convivência, possibilita também, relações que geram sofrimento. Contudo, desta instituição, não se pode solicitar licença.

As entrevistas mostram ainda, os limites que cada trabalhador suporta nas relações com o trabalho, envolvendo questões que podemos resumir, ou melhor, ampliar na categoria organização do trabalho (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011), quais sejam: hierarquias, terceirização, jornadas, obrigações, regras institucionais, cultura organizacional, relacionamento com colegas, relações de poder, privilégios e apadrinhamentos, e o próprio trabalho. Destacamos neste último ponto, o atendimento a “população considerada difícil”, as atividades desenvolvidas e que são atribuições de seu cargo e as outras atividades atribuídas pelo contexto organizacional. Outros pontos que conseguimos identificar foram: a dificuldade em conviver com o sofrimento dos usuários, a utilização de poucas estratégias de separação entre vida familiar e profissional (se é que seja possível), as insatisfações difusas com a vida e as dificuldades de adaptação a realidades institucionais diversas.

Segundo Laurel e Noriega (1989, p. 113), “se pode suportar altos ritmos de trabalho sem maiores problemas enquanto a tarefa permite a tomada de decisões, mas quando pelo contrário, ela está esvaziada de seu conteúdo significativo, tornam-se estressantes. Temos então, o trabalho que não consegue mais satisfazer e envolver, diferenciar o homem do animal, possibilitar planejamento e criação, e ainda, incapaz de gerar novas necessidades e possibilidades para além dele (trabalho) mesmo (LUKÁCS, 2010).

Nas falas dos trabalhadores apresentam uma vida perpassada por histórias de desilusão e sofrimento, contextualizadas pela organização do trabalho. Nos períodos de licença e mesmo após o retorno, os servidores são tratados como doentes, frequentam os



consultórios dos psiquiatras e suas questões individuais, por vezes, construídas coletivamente e mediada pelo trabalho, são reduzidas a falta de preparo para lidar com a diversidade da vida social, ou ainda, como uma estrutura mental propensa a adoecer (BRANT; MINAYO-GOMES, 2004). Portanto, existe um processo de “psiquiatrização” do trabalhador, onde as questões de organização do trabalho e de condições de vida são tratadas com medicação que altera o sistema nervoso. Medicação que irão acalma-los, fazê-los dormir e que representa o fracasso do diálogo, da conversa e da possibilidade de construção de espaços coletivos para discutir questões do trabalho e da vida do trabalhador (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011). Nesta perspectiva, se fortalecem os estudos sobre resiliência, ou seja, dos que suportam e sobrevivem com sucesso neste sistema, em detrimento dos estudos sobre a reorganização desse modelo que gera sofrimento.

Ao analisarmos os discursos, entendemos que a subjetividade, construída na relação com o social (GONZÁLEZ REY, 2005), se estranha com a realidade e passividade do trabalhador já não se encontra com a flexibilidade da vida contemporânea. Ao mesmo tempo, o humano forte e resistente, não se reconhece nos limites do corpo na lógica das cargas e dos processos de trabalho. Um estranhamento que gera sofrimento, uma vez que, o trabalhador além de não se reconhecer no trabalho coletivo, apresenta ainda, limitações em lidar com outras obrigações e contradições da vida social.

Nesta perspectiva, os saberes médicos sobre a doença mental e a saúde do trabalhador, os discursos religiosos sobre sofrimento, as relações de trabalho na contemporaneidade e a sociabilidade no capitalismo são questões presentes nas falas dos trabalhadores, mesmo que estes não consigam relacionar suas trajetórias de vida com tais conteúdos. Portanto, a relação trabalho-sofrimento é uma construção social mediada por vários complexos sociais e, por sua vez, dão sentido a vida dos sujeitos sociais e (re)significam suas necessidades e possibilidades.

5. CONCLUSÃO

A de construção de possibilidades e necessidades, geradas através do trabalho na área social, tem uma relação direta com trajetórias de vida dos entrevistados. Contudo, não é o trabalho específico na área social que gera novos modos de ver a vida, e sim o trabalho em geral, como construção de processos significativos do tornar-se homem. Ainda assim, consideramos que o trabalho voltado para o social, ou ainda, para o cuidado, para a educação e para a promoção do humano, geram necessidades específicas e satisfações



específicas, relacionadas à atividade ou a vida em sociedade. Nestes termos, o trabalho se confunde com a vida e satisfaz, além das necessidades objetivas, os desejos subjetivos mediados por vários complexos sociais.

O processo de reconhecimento e estranhamento no trabalho, não ameniza o sofrimento, ao contrário, pode aumentá-lo, uma vez que, o trabalho se torna uma “missão” que envolve “o outro” necessitado. Ao mesmo tempo, o sofrimento da vida se confunde com o sofrimento do trabalho, em um complexo mundo de relações humanas e sociais contraditórias, que geram o estranhamento não apenas do trabalho e do produto do trabalho, mas de si e do outro, e ainda, o não reconhecimento da própria vida humana.

Portanto, entendemos que a administração pública estadual deve repensar e redesenhar processos, numa perspectiva que não considere apenas a lógica das modernas formas de administrar, mas também, utilize meios e estratégias de pensar os sujeitos e sua diversidade. Um bom começo seria a criação de espaços de discussão e diálogo, onde o trabalhador possa participar dos momentos de decisão sobre os processos de organização do trabalho e a criação de uma política de promoção da saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2a. Edição. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BRANT, L. C.; MINAYO-GOMES, C. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica a psicodinâmica do trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 9, v.1, p. 213-223, 2004.

CARNEIRO, S. A. M.. Saúde do trabalhador público: questão para a gestão de pessoas – a experiência na Prefeitura de São Paulo. **Revista do Serviço Público**, n. 57, v. 1, jan./mar. Brasília: ENAP, p. 23-49, 2006.

GONZÁLEZ REY, F. L. Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. Trad. Raquel S. L. Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: CEAD/UNB, p. 153-166, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.



LAURELL, A C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário**. Tradução: Amélia Cohn et. al. São Paulo: Editora HUCITEC: 1989.

LUCKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACIEL, E.C.; NOGUEIRA, C. V.; MACIEL, R. H. Licença saúde por transtornos mentais entre servidores públicos do Estado do Ceará. In: **Anais do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2010. 1 CD-ROM.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da "Questão Social". In: **Revista Temporális**. v. 2. n. 3. Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. de. A Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n.123, p. 118-127, 2011.

SORATTO, L.; PINTO, R. M. Burnout e carga mental no trabalho. In CODO, W. (coord.). **Educação: carinho e trabalho**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.